

NEOCONSERVADORISMO E AUTORITARISMO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL

Vera Lúcia Jacob Chaves – UFPA – Brasil – veraluciajacob@gmail.com
Rhoberta Santanta Araujo – UFPB – Brasil – rhoberta.araujo@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Brasil vivencia nos últimos anos uma ofensiva na gestão democrática das Universidades federais, tanto em relação ao processo de escolha de seus dirigentes como em relação ao financiamento.

Desde o primeiro ano de mandato, o presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), tem desconsiderado, a prática democrática exercida nas instituições públicas federais quanto à nomeação do primeiro colocado na lista tríplice, construída a partir da consulta à comunidade universitária e objeto de deliberação nos seus Conselhos Superiores. Até o final de 2021, 27 (vinte e sete) Instituições Federais de Ensino Superior - IFES foram alvos de intervenção. Nestas instituições, o método autoritário e persecutório direcionado a professores, técnico-administrativos e estudantes sedimentam uma atmosfera autocrática.

A política de corte nos recursos das Universidades federais tem sido outra medida de ataque às Universidades Federais, com a redução brutal de seu financiamento. Fica evidente que os dois pilares essenciais para a existência dessas instituições, quais sejam, o financiamento público e a autonomia universitária têm sido os alvos preferenciais de ataque do atual governo.

Investigar as mediações e contradições deste fenômeno, imbricado por interesses econômicos, políticos e ideológicos é essencial para o campo das políticas de ensino superior.

Neste trabalho, nos detemos em analisar as feições do neoconservadorismo e neofascismo que sedimentam a ala ideológica do Governo Bolsonaro e seu ataque às universidades e institutos federais tanto em relação a autonomia como ao financiamento. Para tanto, utilizamos a revisão de literatura; a consulta de fontes primárias (leis, decretos, projetos de lei, programa de governo e ao site da Câmara dos Deputados); a consulta aos portais eletrônicos das universidades, movimentos e entidades. O método de análise dos dados se ancora nas contribuições do materialismo histórico dialético.

DESENVOLVIMENTO

O desmonte das proteções sociais, a desregulamentação irrestrita nas formas de contratações, a compressão do ganho real da renda do trabalho, a intensificação dos processos inflacionários, a ampliação do desemprego e informalidade, o aumento do *proletariado dos serviços*, sedimentam o chão histórico da ascensão do neoconservadorismo no Brasil. Os efeitos desse fenômeno para a universidade pública, em particular para o exercício da autonomia, nas suas diferentes formas e a manutenção do caráter público-estatal, mediante a garantia do financiamento público são fundamentais para a compreensão da ofensiva do governo Bolsonaro nas IES federais.

Semeraro (2020,) entende o avanço do neoconservadorismo no Brasil, como um *ovo da serpente*, alimentado por “aparatos de coerção, oligopólio da grande mídia e estruturas de rapina econômica”, apoiados, ainda por frações da classe média. A mobilização aglutinadora dessas frações se direciona para uma pauta difusa, incluindo o combate à corrupção, ao comunismo e à defesa de uma agenda moral dos costumes. A contradição desse processo, reside numa aparente normalidade no funcionamento das instituições republicanas, cúmplices do esvaziamento do pacto social fundado na Constituição Federal de 1988. O conspiracionismo disseminado pela base social do governo Bolsonaro, que elegeu o suposto marxismo cultural como um inimigo a ser combatido, é outra característica do avanço do neofascismo no país.

O caráter difuso, eclético e contraditório do fascismo é analisado por Leher (2020), que enxerga convergências com o neofascismo, em especial na defesa do irracionalismo e do antissecularismo. No fascismo europeu do século passado os ataques às pesquisas científicas foram seletivos, diante da ocorrência do fetichismo tecnológico, pautado em investimentos na área militar e em obras de infraestrutura. Entre o fascismo clássico e o neofascismo, uma série de convergências são identificadas, dentre as quais: racismo, xenofobia, darwinismo social, recusa às teorias científicas, ataques aos trabalhadores, artistas, professores, jornalistas e desmonte da estrutura social do Estado.

As medidas administrativas/normativas impostas pelo MEC, associada a uma campanha orquestrada pela cúpula do governo federal, põe em questão a legitimidade, viabilidade e credibilidade das universidades públicas, pavimentando um caminho tortuoso para as instituições e um futuro incerto. Na sua ótica míope e anti-popular, a

universidade pública, balizada por ensino, pesquisa e extensão é uma suntuosidade, desnecessária e cara. Essa política de desmonte é demonstrada de forma clara no corte dos recursos públicos para o financiamento das universidades federais como será tratado no item a seguir.

Numa análise mais detalhada do orçamento executado nas Universidades federais, por grupo de natureza das despesas, verifica-se a gravidade da situação vivenciada nessas instituições, em especial, nos recursos destinados aos investimentos e custeio (Outras Despesas Correntes), conforme expresso no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1. Evolução das despesas de custeio e investimento com as universidades federais (incluídos os hospitais universitários): 2013-2020. Valores em R\$ bilhões a preços de janeiro de 2021 (IPCA)



Fonte: Brasil. (2021). Orçamento da União: Execução Orçamentária e Financeira da União (2013-2020).

Em 2013, as Universidades receberam para o custeio de suas atividades R\$ 10,339 bilhões e em 2020 receberam R\$ 6,514 bilhões, uma redução de -37,00%. As atividades financiadas com recursos de custeio são necessárias para a manutenção do funcionamento das Universidades tais como: pagamento da energia elétrica, água, telefone, manutenção dos equipamentos, salas de aula e laboratórios, pagamentos dos serviços terceirizados (vigilância e limpeza); dentre outros. No caso dos investimentos, a situação é ainda mais grave. Os recursos destinados ao investimento foram reduzidos de 2013 (R\$ 3,844 bilhões) a 2020 (R\$ 258 milhões) em 93,28%.

Fica evidente que o corte brutal no financiamento das Universidades públicas federais demonstra que o projeto do governo federal é de sua destruição enquanto instituição pública e autônoma. Os dois pilares essenciais para a existência dessas instituições, quais sejam, o financiamento público e a autonomia universitária têm sido os alvos preferenciais.

Os ataques direcionados às Universidades, Institutos e Escolas técnicas federais via redução dos investimentos públicos, se articula ao esvaziamento da autonomia universitária. A prerrogativa da livre escolha dos dirigentes, a partir de processos de consultas à comunidade universitária e a respectiva deliberação nos conselhos superiores é ainda um campo de disputa, marcado por omissões e pela manutenção de leis anacrônicas que regulam o tema.

A Lei 9192/95 (BRASIL, 1995), atribui ao Presidente da República a competência para a nomeação dos dirigentes universitários, dentre a lista tríplice elaborada pelo respectivo colegiado máximo. Nos últimos anos vinha ocorrendo a nomeação do primeiro colocado na lista enviada pelas instituições, consoante aos princípios da gestão democrática e da autonomia universitária que formalmente orientam a organização da educação brasileira. Bolsonaro, alinhado ao viés autoritário e conservador que orienta o seu governo, esvazia o sentido de participação e democracia nas IFES.

Até final de 2021, 27 IES públicas federais tiveram os resultados eleitorais desconsiderados. Em geral, ocorreu a nomeação do segundo ou terceiro colocado nas disputas. Entretanto, situações ainda mais esdrúxulas e autoritárias foram identificadas, com a nomeação de interventores *pró-tempore*. Nestes casos, não houve consulta à comunidade universitária ou aos Conselhos Superiores, a exemplo do ocorrido na Universidade do Vale de São Francisco e a Universidade Federal do Grande Dourados.

A atmosfera autoritária e punivista têm se ampliado nas instituições universitárias sob a gestão dos interventores. A ocorrência de perseguições de diversas naturezas, a abertura de processos administrativos (PAD), denúncias intimidatórias às ouvidorias e ao Ministério Público; termos de ajustamento de conduta são instrumentos utilizados para intimidar os críticos e opositores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho analisou o processo de desmonte da universidade pública, a partir da ofensiva contra dois pilares essenciais para sua existência: o financiamento público e a

autonomia universitária. Esse fenômeno se aprofunda no interior do governo de extrema direita no Brasil, apoiado por setores conservadores. O combate ao suposto marxismo cultural que dominaria as IES públicas revela o aspecto ideológico dessa contraofensiva e se associa ao programa neoconservador que orienta o governo Bolsonaro.

A universidade pública, enquanto instituição social reverbera as contradições e lutas do seu tempo histórico. A ascensão de governo de extrema direita, organizado programaticamente em torno de uma pauta conservadora, irracionalista e autoritária, apoiado por frações de classes distintas avança sobre a Universidade pública. O desmonte do financiamento público, as intervenções nas escolhas dos dirigentes conformam a feição do mesmo fenômeno, a destruição da universidade de pesquisa, autogerida e orientada por princípios democráticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995**. Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitário. Brasília- DF, Presidência da República, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9192.htm. Acesso em 07 mai. 2021.

BRASIL. **Orçamento da União: Execução Orçamentária e Financeira da União (2013-2020)**. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao>. Acesso em MAI. 2021.

LEHER, Roberto. Educação e neofascismo no governo Bolsonaro. *In*. REBUÁ, Eduardo *et al.* (Orgs.) **(Neo) Fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Morula, 2020. ISBN 978-65-86464-26-9. p. 47-83.

SEMERARO, Giovanni. Apresentação. *In*. REBUÁ, Eduardo *et al.* (Org.) **(Neo) Fascismos e educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Morula, 2020. p. 08-11. ISBN 978-65-86464-26-9.